



FORÇA EMERGENTE



Janaína Riva desponta como nome feminino mais forte para sucessão de Mauro Mendes

A parlamentar peemedebista vem se cacifando para colocar seu nome como alternativa às pré-candidaturas masculinas em 2026 em Mato Grosso - **Pág. 5**

CRISE NA SAÚDE

Assembleia Legislativa promoveu audiência pública para debater regulação pacientes no SUS em Mato Grosso

A Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou, na terça-feira, 24, uma audiência pública em que foram debatidos os principais problemas e as possíveis soluções para a regulação de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado.

Leia mais na página 4



INVESTIMENTOS NA CAPITAL

Fábio Garcia diz que estado investe em Cuiabá porque o prefeito não faz dever de casa

O titular da Casa Civil do Governo do Estado argumenta que a administração municipal tem deixado de lado os moradores da capital



AGRICULTURA INDÍGENA



Senadores visitam área de produção agrícola dos Pareci em Mato Grosso

Pág. 7

VISTORIA DO DETRAN-MT

Entidades questionam a falta de funcionários para vistorias no Detran em Cuiabá e Várzea Grande

Pág. 7

CHARGE DA SEMANA



Grandes estratégias de marketing merecem um veículo multimídia mais eficiente



Sua mídia ao alcance do seu público alvo. Anuncie com a gente!



Decio Lima
Presidente do Sebrae

“ Quando o brasileiro acorda, ele não se depara com grandes fábricas e chaminés, o que ele encontra é o empresário de pequeno negócio, seja uma padaria, um mercadinho, uma frutaria. Isso demonstra que o ato da compra em um pequeno estabelecimento local significa o fortalecimento da economia de sua comunidade ”

Comprar do pequeno negócio é um ato cidadão

Você já parou para pensar que o simples fato de dar preferência ao trabalho do empreendedor de pequeno negócio é um ato de cidadania, que carrega consigo uma série de implicações significativas? Quando um consumidor decide realizar suas escolhas nas lojas, sites ou mesmo nas ruas, nos estabelecimentos que pertencem aos microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, ele está exercendo um poder que vai muito além da simples aquisição de um bem ou serviço. Este ato tem o potencial de moldar não apenas a economia local, mas também o panorama social e ambiental de uma região.

Quando o brasileiro acorda, ele não se depara com grandes fábricas e chaminés, o que ele encontra é o empresário de pequeno negócio, seja uma padaria, um mercadinho, uma frutaria. Isso demonstra que o ato da compra em um pequeno estabelecimento local significa o fortalecimento da economia de sua comunidade. Isso ocorre porque os recursos financeiros investidos em negócios locais tendem a permanecer dentro da região, gerando um ciclo virtuoso de prosperidade, de inclusão e justiça social.

A escolha consciente pode influenciar diretamente a geração de empregos, por exemplo. Ao preferir produtos ou serviços locais, as pessoas incentivam o crescimento das empresas em sua região, o que, por sua vez, resulta na criação de mais oportunidades de emprego. Essa contribuição para a força de trabalho local tem o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida da comunidade. As micro e pequenas empresas assumem um papel de protagonismo ao responder por 8 em cada 10 vagas de trabalho formal criadas.

No dia 5 de outubro, quando o país comemora o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, o Sebrae vai liderar um amplo movimento incentivando a população a fazer suas compras em pequenos negócios. Essa campanha de informação pública mostra



que todos ganham ao priorizar os microempreendedores individuais (MEI), as micro ou as pequenas empresas locais. Ganha o empresário, que vê sua empresa crescer; ganha o cliente, que recebe atendimento diferenciado, e ganha a comunidade, que tem sua realidade de transformada.

O movimento “Compre do Pequeno!” será uma agenda permanente do calendário do comércio e serviço. O Sebrae já é a sexta marca mais forte do país, somente no consolidado deste ano já realizamos mais de 17 milhões de atendimentos. Estamos em todo território nacional e vamos trabalhar para que esta data se torne um compromisso no país. Empreender ocupa a posição de segundo sonho do brasileiro. O Sebrae tem por missão justamente contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país por meio do apoio ao empreendedorismo e aos pequenos negócios.

No Brasil, as MPE representam 99% de todas as empresas do país e respondem por aproximadamente

30% do PIB. Nos últimos anos, as micro e pequenas empresas têm sido responsáveis por sustentar o saldo positivo de empregos formais. Dados do Sebrae mostram que mais de 95 milhões de brasileiros são beneficiados direta ou indiretamente pelos pequenos negócios. Esse contingente é maior que a população de países como França, Reino Unido e Alemanha.

Comprar do pequeno negócio é um ato cidadão! O Sebrae quer difundir essa ideia e levar a população a refletir sobre a importância das suas decisões. Todos os dias podemos priorizar uma pequena empresa local, apoiar um negócio sustentável e que investe na própria comunidade, valorizar os empreendimentos nascidos na vizinhança. Um país forte, solidário e justo depende das ações de cada brasileiro e brasileira.

Decio Lima
é presidente do Sebrae

EDITORIAL

Risco de epidemia de paralisia infantil

No último dia 24 de outubro se comemorou em todo o mundo o Dia Mundial de Combate à Poliomielite. O momento foi uma oportunidade para que a população refletisse e as autoridades reforçassem a conscientização sobre a importância das vacinas e prevenção a esta que é uma das mais terríveis doenças pandêmicas que já abalou a humanidade.

A data também foi uma vitrine para se expor a grande defasagem que o Brasil vive na cobertura vacinal de suas crianças. A acentuada queda na vacinação contra a poliomielite, a paralisia infantil, que ve ocorrendo nos últimos anos tem preocupado os especialistas, especialmente, devido à possibilidade de reintrodução do poliovírus no país, após 34 anos de sua erradicação.

Em Mato Grosso, a baixa cobertura vacinal contra a paralisia infantil é uma das mais acentuadas do país. Conforme a Secretaria Estadual de Saúde (SES-MT), entre 2019 e 2022, a queda chegou a bater os 16%. Um índice muito significativo quando se leva em consideração que até 2018, a cobertura vacinal contra essa doença no estado superava com folga a meta do Ministério da Saúde que estipula a vacinação de pelo menos 95% das crianças de zero a cinco Anos contra a poliomielite.

No ano passado, a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), emitiu um alerta para o Brasil de que o país já está no risco máximo de reinfestação pelo poliovírus por causa da redução brutal na cobertura vacinal de nossas crianças.

“ É preciso que os pais voltem a se lembrar de que a poliomielite pode deixar sequelas gravíssimas como paralisia dos membros inferiores e superiores, causar paraplegia e até mesmo levar crianças e adultos à morte ”

É preciso que os pais voltem a se lembrar de que a poliomielite pode deixar sequelas gravíssimas como paralisia dos membros inferiores e superiores, causar paraplegia e até mesmo levar crianças e adultos à morte.

A poliomielite é uma enfermidade contagiosa aguda causada por um vírus que pode se espalhar, atingindo crianças e adultos que não estejam imunizados contra o mesmo. A vacinação é a única forma de prevenção e todas as crianças menores de cinco anos devem ser vacinadas.

Para isso, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece regularmente e não apenas durante as campanhas nacionais, a vacina oral (VOP) e a injetável poliomielite (VIP). As vacinas são disponibilizadas gratuitamente nas unidades básicas de Saúde.

Devido à atenção permanente que o governo brasileiro deu para a questão da vacinação contra a poliomielite, não há registro de casos da doença no país desde 1989. Esse fato fez com que o Brasil recebesse, em 1994, o certificado de erradicação do poliovírus da OPAS. O certificado, e a vitória contra esta doença incapacitante e cruel, agora estão em risco. Restabelecer o bloqueio vacinal completo contra o poliovírus é urgente, uma obrigação e o ato de amor dos pais por seus filhos que precisa ser feito com urgência.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA
Thayla Moraes

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

CHARGE
Fred

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Lesa Pátria

O protético e morador de Cáceres (MT), Fabrício Cisneiros Colombo, é um dos quatro presos em Mato Grosso durante a Operação Lesa Pátria, deflagrada pela Polícia Federal na quarta-feira, 25. A PF cumpriu mandados de prisão também contra José Carlos da Silva, Luiz Antônio Villar de Sena e César Guimarães Galli Júnior. Fabrício e os outros três, são acusados pelo Ministério Público Federal de integrarem o grupo de "terroristas" que participaram dos ataques aos prédios do Supremo Tribunal Federal (STF), ao Palácio do Planalto e ao Congresso Nacional no dia 8 de Janeiro. Cisneiros é seguidor fanático de Jair Bolsonaro e apadrinhado político do deputado federal José Medeiros (PL), com quem fez até uma dobradinha nas eleições de 2022. O protético foi candidato a deputado estadual pelo partido de direita Democracia Cristã (DC), dirigido pelo eterno candidato a presidente José Maria Eymael. Nas redes sociais, Fabrício Cisneiros se apresenta como dirigente de uma certa "Junta Conservadora de Cáceres" e faz apologia às pautas da extrema direita.

Suplemento sem registro



Um erro grave que poderia resultar em consequências trágicas foi cometido pelos responsáveis por compras do Gabinete de Intervenção na Saúde de Cuiabá. Os interventores adquiriram nada menos que 9 mil frascos de suplemento Acetilcisteína 20mg/ml - solução oral, destinado à criança, como forma de medicamento. O problema é que tal produto não possui registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para ser caracterizado como medicamento. O que também chamou a atenção nessa compra foi a rapidez com que o produto foi fabricado e chegou em Cuiabá. O lote do suplemento foi entregue no dia 1º de setembro, apenas 12 dias depois de fabricado, em 18 de agosto. Ao todo foram gastos R\$ 44,4 mil com o medicamento irregular. Por estas e outras que o Gabinete de Intervenção tem sido alvo de pesadas críticas e ceticismo.

Olho da Rua



O vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa (PV), disse que, a próxima vez que assumir a prefeitura de Cuiabá, irá demitir dois secretários como um de seus primeiros atos. "Quem nomeia secretário é o prefeito, porque se o vice nomeasse, tem pelo menos dois que não estariam no olho da rua", Stopa em uma entrevista à uma rádio da capital. Mesmo sem ter citado nomes, a fala de Stopa tem ao menos um endereço certo: Junior Leite, atual secretário da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Limpurb). O vice-prefeito já externou publicamente que considera Leite um "preguiçoso, mal-intencionado e incompetente". A crítica de Stopa ganhou ainda mais força após a Operação Iterum, que investiga esquema de desvio de recursos na área de saúde. A investigação descobriu que a esposa de Júnior Leite recebeu mais de R\$ 170 mil de uma das empresas envolvidas no esquema.

Poder Paralelo



O poder paralelo das fações é cada vez mais explícito em Mato Grosso. Na semana passada, os facionados do Comando Vermelho fizeram uma salva de fogos de artifício coordenada em mais de 10 cidades do estado para homenagear Rudinei Rodrigues dos Santos, 40 anos, conhecido como "Pinguim" ou "Motoqueiro", um dos líderes da facção. O criminoso morreu no Pronto Socorro de Várzea Grande depois de quebrar costelas durante uma fuga espetacular do presídio da Mata Grande em Rondonópolis. Sob o olhar pasmo das autoridades e assustado da população, durante toda a semana o grupo fez circular pelas redes sociais e comunidades de WhatsApp fotos, textos, vídeo e clips musicais homenageando o líder da facção, além de decretar luto nos bairros sob seu controle.

O Marqueteiro



O deputado estadual Eduardo Botelho (UB), além de bom cozinheiro, agora também se aventura pelo mundo do marketing eleitoral. O parlamentar não se furtou em dar conselhos de marketing político para o colega, Cláudio Paisagista (PL) que é pré-candidato à prefeitura em Rondonópolis. Botelho sugeriu ao parlamentar rondonopolitano que adote de forma definitiva o apelido pelo qual ele é conhecido na cidade: "Cláudio Paisagista". Segundo o "marqueteiro" improvisado, o nome de batismo do colega não tem apelo eleitoral, ao contrário do apelido, que é mais marcante e fácil de ser associado a ele. "Cláudio, vamos colocar Cláudio Paisagista, vai ficar melhor, já que você está conhecido com esse nome. Vamos tirar o Cláudio Ferreira e deixar só o Cláudio Paisagista. Olha que eu já estou ajudando você no marketing e sem cobrar nada. Olha lá, o Thiago já está reclamando, tá vendo", disse Botelho rindo dos protestos do deputado Thiago Silva (MDB), também pretense candidato à prefeitura de Rondonópolis.

VALDIR BARRANCO Deputado Estadual do PT

“Não existe produção de comida de verdade sem reforma agrária”



Foto: Assessoria

O deputado estadual Valdir Barranco, do PT, é uma das vozes mais atuantes em defesa da agricultura familiar e do pequeno produtor rural na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. O parlamentar, que está em seu terceiro mandato e é o presidente estadual do PT, viveu o trauma de sido contaminado pela Covid 19 em 2021 e ficar em coma e entubado por quase 60 dias, diz que a doença o fez compreender o verdadeiro valor das relações humanas, da família e o poder das orações e que pretende escrever um livro sobre a dolorosa experiência. Nesta entrevista, originalmente exibida pela TV Assembleia há algumas semanas, o deputado trata ainda de questões como a inconstitucionalidade das escolas cívico-militar, as relações de Mato Grosso com a China e a violência contra as mulheres. Leia abaixo os principais trechos da entrevista.

“A reforma agrária é para fazer justiça social, para acabar com a violência no campo, para democratizar o acesso à terra.”

■ | Da Redação

CO Popular - O senhor venceu uma batalha difícil pela vida ao ser acometido pela Covid-19. Como foi passar por esta experiência?

Deputado Valdir Barranco – Eu fui acometido pela Covid duas vezes, a segunda em fevereiro de 2021. Eu não esperava que fosse ficar tão ruim. Foi difícil e assustador. Mas, graças a Deus, fui salvo pela medicina, pela ciência, pela minha família, pelas muitas orações. Até hoje, por onde eu ando, as algumas pessoas me chamam para mostrar os altares e lugares que prepararam e onde se reuniam para orar por mim. Sou grato e fico comovido com isso. E reconheço, então, que o poder das orações foi muito importante. A doença foi um divisor de águas mesmo em minha vida. Eu sofri muito com a Covid e não tem como sair dela sem ter mudado, nem que seja um pouco, para melhor. Eu sou hoje uma pessoa ainda mais humana, que valoriza muito as relações humanas e com a família. Foi um exemplo que tive de que nós não somos nada mesmo nessa terra. Então, não adianta ter vaidade, não adianta ser arrogante, a gente tem que ter simplicidade, humildade, tratar bem as pessoas e valorizar o SUS, a saúde pública. Ainda vou escrever ainda um livro sobre isso. Durante muito tempo eu tive pesadelos, não conseguia dormir, então, quero escrever um romance que misture realidade e ficção sobre essa experiência.

CO Popular - Realmente a Covid 19 foi traumática para todos. A ALMT perdeu dois parlamentares para a pandemia, o deputado Sílvio Fávero e o Adriano Silva que era suplente. Como o senhor se sentiu quando recebeu o diagnóstico?

Deputado Valdir Barranco – Como eu disse, no começo, eu não achava que fosse passar por tudo o que passei. Eu já tinha pegado o vírus antes e não houve complicação. Então estava tranquilo. No dia 21 de fevereiro, dia em que fui entubado, eu recebi uma mensagem do deputado Sílvio Fávero. Mas, eu só pude ler a mensagem quatro meses depois e dizia: "Barranco, estamos contigo, meu amigo. Você vai sair dessa". Quatro meses depois, quando eu li estas palavras, o Sílvio já não estava conosco, ele tinha falecido de Covid [o parlamentar faleceu em 13 de março de 2021]. Então, infelizmente, eu não tive oportunidade de agradecer-ló pelas palavras de encorajamento e confiança.

CO Popular - Mudando de assunto, o presidente Lula reestabeleceu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. O que Mato Grosso pode esperar nessa área deste novo governo?

Deputado Valdir Barranco – Muita coisa boa vem por aí com a retomada das políticas públicas nessa área. Para quem não sabe, eu sou apaixonado pela causa do homem do campo, da agricultura familiar, do pequeno produtor rural. Eu nasci e cresci na roça, sou agricultor de nascença. Sou filho de agricultor. Nossa família foi a quarta a chegar em Nova Bandeirante em 1983 para plantar café. Lá, eu cresci no campo. Fui professor, prefeito da cidade. Depois ingressei no Inera onde cheguei a ser superintendente regional. Então sou um apaixonado pela agricultura familiar. E por isso eu digo que não tem agricultura familiar sem reforma agrária. Infelizmente, no Brasil, não teve oportunidade desde o seu processo de colonização pelos portugueses, de dar aos pobres o acesso à terra porque ela foi sempre concentrada nas mãos dos mais ricos, desde as capitânias hereditárias que replicou aqui o regime feudal que já estava em decadência na Europa em 1500. Hoje eu luto para que tenhamos essa oportunidade de fazer uma repartição mais justa do acesso à terra em nosso país.

CO Popular - Mas, em Mato Grosso já não ocorreu uma ampla redistribuição das terras a partir do processo de colonização deflagrado nas décadas de 70 e 80?

Deputado Valdir Barranco – É fato que Mato Grosso passou por um processo de ampliação no número de famílias que controlam as suas terras no período dos governos militares. Mas, isso ocorreu, basicamen-

te, em função da organização dos movimentos sociais de base na década de 80 em especial, quando o governo militar se viu obrigado a descentralizar a posse da terra, criando projetos e realizando assentamentos no modelo ainda de colonização pela iniciativa privada com algum subsídio público. Mato Grosso foi muito beneficiado com isso, claro. Mas, ainda não se fez a reforma agrária profunda e necessária. Hoje nós temos quase 700 assentamentos rurais que fazem a diferença na produção de alimentos. Mais de 50 municípios mato-grossenses foram criados a partir de assentamentos. A região do Araguaia (leste e nordeste de Mato Grosso) não seria o que é hoje se não fosse a luta de Dom Pedro Casaldáliga e dos sem-terra para que os latifúndios, as terras griladas, fossem absorvidas pela reforma agrária e distribuídas em assentamentos rurais. No início dos anos 1980, naquela região, havia apenas quatro cidades: Barra do Garças, Xavantina, São Felix do Araguaia e Vila Rica. Hoje são 25 municípios, cinco deles, integram o ranking das maiores economias de Mato Grosso. Tudo graças aos assentamentos da reforma agrária.

CO Popular - Ainda há terras em Mato Grosso passíveis de serem transformadas em assentamentos rurais pela reforma agrária?

Deputado Valdir Barranco – Só nas mãos de grileiros, são mais de quatro milhões de hectares. São terras da União que a Advocacia Geral da União (AGU), nos últimos 10 anos, ingressou com ações na Justiça para serem retomadas e repassadas para a reforma agrária. Agora com o governo Lula e a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar esse processo deve ser acelerado para que a União recupere estas terras e possa fazer novos assentamentos de milhares de famílias. A reforma agrária é para fazer justiça social, para acabar com a violência no campo, para democratizar o acesso à terra. Não é justo que ocorra como em Novo Mundo, onde existe a Fazenda Araúna, que ocupa uma área de mais de 15 mil hectares que pertence a União, mas que foi grilada e está nas mãos de uma única família há 30 anos ou ainda a Gleba Gama em Nova Guarita, que é a mesma situação entre outras.

CO Popular - O que a Reforma Agrária tem a ver com a segurança alimentar, já que se fala tanto em produção de comida de verdade, erradicação da fome, redução do custo dos alimentos?

Deputado Valdir Barranco – Tem tudo a ver e é a solução para essa questão. Há muito preconceito contra a expressão 'reforma agrária' no Brasil. Os Estados Unidos, por exemplo, fez a reforma agrária deles em 1862. O então presidente Abraham Lincoln, ao dividir as terras públicas, o fez em lotes de 65 hectares e cada família que se candidatava e cumpria os requisitos, poderia pagar em três vezes o valor simbólico da área que equivale hoje a meros 300 dólares e documentar a sua terra, sua propriedade. Hoje, nos Estados Unidos, 98,7% das áreas agricultáveis é de agricultores familiares e só 1,3% das terras pertencem à grandes grupos do agronegócio. E o Brasil ainda não fez isso. Na verdade, não há produção de comida de verdade sem reforma agrária. Não existe agricultura familiar, que produz comida que vai para a nossa mesa, o arroz, feijão, abobrinha, hortaliças, frutas, sem o pequeno produtor familiar e estes não existem sem que haja reforma agrária.

CO Popular - A ALMT instalou uma Câmara Temática para discutir a relação China/Mato Grosso. Sabemos que nosso estado exporta a maior parte de sua produção de commodities para a China. Como o senhor avalia o trabalho dessa Câmara, ela é de fato, necessária?

Deputado Valdir Barranco – Nós tomamos a iniciativa de criar a Câmara Mato Grosso/China porque os chineses são o maior parceiro comercial de nosso estado e do Brasil. Hoje, 73% de toda a produção de commodities exportada pelo Brasil para a China sai de Mato Grosso. Ou seja, se a China fechar as portas para as compras no Brasil, Mato Grosso é o primeiro estado a quebrar. E seria uma quebra geral. Por isso, é justo que nós, deputados, discutamos

essa questão em profundidade. A Câmara foi instalada com a participação do Instituto Brasil-China (Ibrachina), de todas as universidades e já tivemos algumas reuniões externas, uma na OAB nacional e outra na Câmara dos Deputados em Brasília. Nossa preocupação é que esta relação com a China seja mais abrangente em termos de áreas de interesse econômico e científico, que vá além do agronegócio, englobando tecnologias e educação, por exemplo. Nós precisamos ampliar esse horizonte de trocas, criar intercâmbios entre as universidades locais e as chinesas.

CO Popular - A educação é também uma de suas bandeiras políticas. O senhor é um dos grandes críticos do modelo das escolas militarizadas. Por que esta crítica?

Deputado Valdir Barranco – As escolas militares, ou cívico-militares como eles chamam, são inconstitucionais. Elas não podem existir no Brasil. Os deputados e deputadas constituintes, que fizeram a Carta Magna do Brasil em 1988, viveram a ditadura militar e as suas consequências, por isso se preocuparam em deixar claro na Constituição a vedação da instituição de escolas militares no país. Foi concedida apenas uma exceção: aquelas escolas específicas para filhos de militares e nenhuma outra em qualquer forma assemelhada. Ou seja, não existe amparo legal algum para a transformação de escolas públicas, sejam estaduais ou municipais, em escolas cívico-militares e nem a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) brasileira permite isso. Então, é uma ilegalidade o que acontece em Mato Grosso e em outros estados com essa 'onda' de militarizar escolas públicas. Para além dessa questão constitucional insuperável, há o fato de que esse modelo cria privilégios e amplia o espectro da ilegalidade de sua existência, uma vez que os militares que atuam nessas escolas militarizadas, consomem recursos da educação de maneira irregular, como o caso de um coronel aqui de Mato Grosso que recebeu da Seduc R\$500 mil em um ano enquanto professores da rede estadual com mestrado e doutorado, recebem salários infinitamente inferiores. Por estas é que o PT de Mato Grosso impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Tribunal de Justiça que, foi sobrestada (interrompida) porque o PT do Paraná ingressou também com uma medida semelhante que já está no Supremo Tribunal Federal (STF) aguardando sentença. E nós temos certeza que o STF dirá que esse modelo de escola cívico-militar é inconstitucional.

CO Popular - Uma outra questão sobre a qual o senhor tem manifestado nas suas intervenções e debates na Assembleia é a da violência contra as mulheres. Na sua avaliação, o que pode ser feito para reduzir essa onda de feminicídios que assistimos no estado e no Brasil?

Deputado Valdir Barranco – Essa é uma pauta que muito me preocupa como homem, esposo, pai e como parlamentar. Nós precisamos criar uma cultura de respeito às mulheres, uma cultura de não violência, e para isso, a educação é fundamental para que essa violência acabe definitivamente. Nós temos acompanhado com tristeza e indignação a evolução desse tipo de crime contra as mulheres. Os últimos informes indicam que só no ano passado nada menos que 95 filhas e filhos ficaram órfãos de mães que foram vítimas de feminicídio e que neste ano já passaram de 40 crianças que perderam suas mães por causa desse modo específico de assassinato de mulheres. A gente não pode achar que isso é normal, nem se compadecer no momento e depois esquecer. Enquanto Assembleia Legislativa e enquanto Estado, nós temos que fazer algo urgente para mudar essa cultura de violência contra as mulheres. Por isso temos debatido o problema, feito denúncias, cobrado ação das forças de segurança e do Governo do Estado para sejam adotadas medidas práticas que possam conter esse tipo de crime, garantir a segurança e a vida das mulheres que são ameaçadas, agredidas e abusadas por seus companheiros, seus maridos ou namorados.

Acesse: www.grupomilas.com.br



CRISE NA SAÚDE

Assembleia Legislativa promoveu audiência pública para debater regulação pacientes no SUS em Mato Grosso

A audiência foi realizada pela Comissão de Saúde e discutiu saídas reduzir a demanda reprimida de mais de 13.600 cirurgias na rede estadual de saúde

■ | Da Redação

A Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou, na terça-feira, 24, uma audiência pública em que foram debatidos os principais problemas e as possíveis soluções para a regulação de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado.

Em Mato Grosso, a demanda reprimida de cirurgias de urgência é de 7.314 e eletivas, 6.362; num total de 13.676 pessoas aguardando na fila de regulação. Os dados foram apresentados pela secretária adjunta executiva de Saúde, Kelluby de Oliveira.

“As informações que trouxemos nessa audiência pública apontam os avanços nas ações e o que nós estamos fazendo para depurar a fila. Grande parte desses números tem várias motivações, são pacientes que às vezes mudaram de telefone, ou já fizeram o procedimento, ou infelizmente foram a óbito. Ampliamos os serviços para a redução de pessoas na fila de espera para cirurgias”, explicou.

Entre as ações, a partir da intervenção do estado, Kelluby destacou a retomada dos serviços que estavam paralisados, o aumento no atendimento do Hospital Estadual Santa Casa e no Metropolitano.

O presidente da Comissão de Saúde, deputado Lúdio Cabral (PT), cobrou da Central de Regulação quais os tipos de cirurgia que esses pacientes necessitam e qual o tempo de espera dos procedimentos, e afirmou que o complexo



A Comissão de Saúde da ALMT reuniu representantes da SES-MT, das prefeituras, da sociedade civil organizada e trabalhadores da saúde para discutir medidas que possam desafogar as unidades de saúde e reduzir as filas de espera por atendimentos de média e alta complexidade

regulador tem o dever de racionalizar os procedimentos do estado.

“Esses números são um descritor de carência no atendimento de urgência. Recebemos pedidos de socorro de pessoas em todo o estado aguardando na fila para realizar algum tipo de procedimento, internação clínica, cirurgia, casos graves de cardiologia e oncologia e é um dever nosso pautar esses temas para entender o que de fato acontece. É papel da Assembleia Legislativa acolher as necessidades das pessoas e mobilizar o poder público, o responsável por atender as demandas”, cobrou Lúdio.

O parlamentar pediu também aos representantes da regulação do SUS dados dos locais que esses pacientes necessitam de atendimento, que problemas de saúde eles têm, “para que possamos cobrar mais e pensar em novas iniciativas, como, por exemplo, fazer debates específicos como a gente tem feito na oncologia”.

Já em Cuiabá, a representante do gabinete estadual de intervenção da saúde de Cuiabá, Deisi de Cássia Bocalon Maia, afirmou que a demanda do município é de

28.122 pacientes na fila, sendo 4.046 de urgência e 24.076 eletivos.

Deisi afirmou que desde 14 de março de 2023, com a intervenção estadual no município de Cuiabá, algumas ações diárias são realizadas, como a reestruturação do setor de triagem, cruzamento do Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) e o Sistema de Mortalidade (SIM), que oportunizou a retirada de 17 mil usuários da fila de espera de procedimento hospitalar que já estavam em óbito.

“Criamos uma central de biópsia e zeramos a demanda de exames de próstata, dando mais agilidade na realização dos procedimentos cirúrgicos que estavam na fila. Implantamos o serviço de hemodinâmica no Hospital São Benedito, entre outras ações”.

O promotor de Justiça, Milton Mattos da Silveira Neto, da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Tutela Coletiva da Saúde de Cuiabá, disse que o serviço de regulação do SUS mostra uma desorganização na questão de prestação de serviço ao cidadão.

“Existe um sistema oficial que é o Sisreg, que necessita ser melhorado e muito, por-

que ele não permite, até por uma questão da própria natureza do serviço. A ideia é trazer uma maior previsibilidade para o cidadão e principalmente que ele saiba exatamente qual é o lugar dele na fila”, enfatiza o promotor de Justiça.

Milton disse também que está em tratativas com o Ministério Público do Distrito Federal para importar uma tecnologia mais eficaz e transparente que permita coletar dados importantes oriundos das ações judiciais e oferecer esse serviço ao estado e municípios.

“Com a implantação desse sistema, será possível saber qual o medicamento está sendo mais demandado em ações judiciais, qual a cirurgia que está sendo judicializada. Esse serviço será oferecido a Secretarias de Estado de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde, que concentram as demandas de alta complexidade, e que elas possam direcionar esse serviço oriundo de todas as especialidades, dentro de um prazo razoável para todo cidadão brasileiro”.

Para o promotor, “o estado tem que saber gerir os recursos de maneira mais eficiente no que é mais urgente, no que salva mais vidas. Fiz um levantamento e nenhum município de Mato Grosso investe menos que o mínimo constitucional na saúde, que é de 15%. Em média, os municípios investem 20% do seu orçamento na saúde, e o estado, 14%”.

De acordo com Milton de Matos, o Ministério da Saúde paga dez reais numa consulta médica, um procedimento de biópsia, cerca de 30 reais. “Isso não paga nem a agulha usada no serviço, e os Ministério da Saúde tem que voltar a colocar mais dinheiro e melhorar essa tabela, a saúde tripartite é responsabilidade do Ministério da Saúde, da União, do governo do estado, municípios e do Congresso Nacional”, concluiu.

Na audiência pública, Luzinete Siqueira Rosa, assessora técnica da Comissão de Saúde e Assistência Social do Tribunal de Contas do Estado (TCE), fez uma palestra sobre o tema “Fragilidades do Sistema de Regulação”.

“Nos últimos anos, o termo regulação vem progressivamente tomando a agenda da gestão do SUS nas discussões e na sua normalização legal e operativa que envolvem a relação entre os serviços públicos e privados, por isso a necessidade de detectar as fragilidades do sistema de regulação e apontar as recomendações necessárias para a melhoria do serviço do SUS”, explicou.

RECONHECIMENTO

Lei declara religiões evangélicas patrimônio cultural imaterial de MT

A LEI 12.229 foi publicada em 31 de agosto deste ano

■ | Da Redação

A religião evangélica tornou-se patrimônio cultural imaterial do estado de Mato Grosso. Ficou estabelecido pela lei 12.229/23, de autoria do deputado Eduardo Botelho, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT).

A nova lei, sancionada em 31 de agosto deste ano, dá reconhecimento legal à religião evangélica, que tem forte influência no estado de Mato Grosso.

A ação foi considerada importante por André Cristhiano Oliveira da Silva, pastor-presidente da igreja Assembleia de Deus Pentecostal Missionária, na região da Coophamil,

em Cuiabá. Para ele, a nova lei representa segurança, reconhecimento de identidade e valor, já que as igrejas cumprem um importante papel social: restaurar, batizar, cuidar de casais, de enfermos, entre outras ações.

“Sabemos que o Evangelho de Cristo transcende gerações. Entendemos que os cristãos evangélicos, nas mais diversas ramificações, têm uma participação ativa em toda a construção da história, cremos que o mundo foi criado por Deus e Jesus Cristo. Entendemos que as matrizes evangélicas são a própria constituição do início de toda a História. Essa lei do deputado Botelho gera o sentimento de identidade,



Botelho destaca que a religião evangélica é própria do Cristianismo. O termo “evangélico” significa: aquele que segue o Evangelho

continuidade, além de promover o respeito. Temos várias religiões, e essa lei faz com que a história de um povo seja preservada”, afirma André Silva.

Em sua proposta, Botelho destaca que a religião evangélica é própria do Cristianismo. O termo “evangélico” significa: aquele que segue o Evangelho, mas propriamente ao ensinamento deixado por Jesus Cristo.

“O grande Mestre não apenas ensinou, mas ordenou que a sua Mensagem fosse espalhada na face da terra. Então, com a sanção desta lei, as religiões de matriz evangélica passam a fazer parte oficialmente do Patrimônio Cultural

Imaterial Mato-grossense pela sua forte influência em nossa história”, justifica Botelho.

História da Religião Evangélica: Alguns apóstolos de Jesus começaram a escrever tudo o que viram e ouviram, durante o tempo em estiveram juntos. Escreveram cartas que relatavam os ensinamentos e os milagres, feitos pelas mãos dos apóstolos. Por intermédio deles aconteciam curas e libertação. A igreja primitiva era instruída sobre a Comunhão, como ajudar uns aos outros, amparar órfãos e viúvas, mostrando assim, o verdadeiro amor de Deus.

FORÇA EMERGENTE

Janaína Riva desponta como nome feminino mais forte para sucessão de Mauro Mendes

A parlamentar peemedebista vem se cacifando para colocar seu nome como alternativa às pré-candidaturas masculinas em 2026 em Mato Grosso

■ | Da Redação

O cenário político de Mato Grosso para a sucessão do governador Mauro Mendes (UB) em 2026 terá a deputada Janaína Riva (MDB) como uma das principais protagonistas. Esta é a avaliação de unânime entre os líderes partidários consultados pela reportagem do CO Popular. Para quem vive o dia a dia dos bastidores da política, não há mais dúvida de que a jovem deputada, filha do ex-deputado José Riva, está preparada para a disputa do Poder Executivo.

Atual primeira vice-presidente da Assembleia Legislativa, Janaína Riva não esconde que seu projeto para 2026 é mesmo a candidatura ao Governo do Estado. Há alguns anos, em uma entrevista a um programa de TV, a parlamentar declarou abertamente que governar o estado é o seu "projeto de vida". "Temos que trabalhar com sonhos, projetos de vida e esse é meu projeto. Eu gostaria de ser a primeira mulher a governar o Estado. Aqui nunca teve uma mulher governando e ninguém tão jovem", disse ela na ocasião.

Desde então, a deputada tem trabalhado para tornar realidade esse sonho. Recentemente, em conversa com jornalistas nos bastidores da Assembleia sobre seu futuro político, Janaína Riva afirmou estar pronta para o desafio de uma campanha eleitoral majoritária estadual. "já cumpri meu papel na Assembleia Legislativa. Não quero ser uma eterna deputada estadual e ficar empacada ali. Não quero que aconteça comigo o que ocorreu com meu pai e com outros que poderiam ter sido governadores, senadores, deputados federais e não



Foto: Assessoria

Deputada Janaína Riva (MDB): a experiência de três mandatos consecutivos como a mulher mais votada para a Assembleia Legislativa faz da parlamentar uma forte concorrente ao Palácio Paiaguás nas eleições de 2026

foram na hora certa e perderam a oportunidade. Tenho que correr dali. Meu objetivo mesmo é ser uma governadora, vice-governadora ou uma senadora", revelou a deputada.

Para além dos desejos objetivos e subjetivos que possam inspirar a deputada a almejar o cargo de Governadora de Mato Grosso, Janaína conta com elementos sólidos que formam uma poderosa plataforma de lançamento para a sua candidatura ao Palácio Paiaguás.

Ela com o fato de ser uma jovem mulher, inteligente, bem sucedida na carreira

política, com uma trajetória longa e consistente na militância política iniciada ainda na adolescência, bem como possui um carisma que a diferencia das demais lideranças femininas. A deputada tem ainda uma excelente rede de apoios de lideranças municipais no interior e uma grande base de fãs que a seguem redes sociais. Tudo isso turbinou o potencial eleitoral dela como uma candidata a ser temida pelos adversários, sejam homens ou mulheres mais ou menos experientes que ela.

Há desafios, claro, e muitos, no caminho da parlamentar. Uma boa parte deles está exatamente dentro de seu partido atual, o MDB, do qual ela é a atual Secretária Geral. Controlado há quase 50 anos pelo veteraníssimo ex-deputado federal Carlos Bezerra, o partido não parece disposto a oferecer à Janaína Riva o suporte que ela precisaria desde agora para alavancar uma candidatura majoritária. Bezerra sempre preferiu estar no poder como coadjuvante do que arriscar ficar de fora de qualquer governo por se posicionar contra as forças políticas que possam derrotar uma candidatura própria do partido.

Em 2026 a disputada do Governo do Estado deverá ser uma das mais acirradas pelos nomes que já se projetam na cena eleitoral estadual. Pelo atual grupo hegemônico que governa o estado, há os nomes já colocados do atual vice-governador Otaviano Pivetta (Progressistas) e do senador Jayme Campos (UB) que anunciou sua disposição de pleitear a sucessão de Mendes no Palácio Paiaguás.

Há ainda o próprio sogro de Janaína Riva, o senador Wellington Fagundes (PL) que também não esconde o desejo de governar o estado e deve buscar a aglutinação dos órfãos do ex-presidente Jair Bolsonaro para a sua possível candidatura.

Pelas forças políticas mais à esquerda e ao centro, há os nomes do prefeito de Rondonópolis, José Carlos do Pátio (PSB), do senador licenciado e ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro e ainda a possibilidade do PT lançar algum nome de seus quadros para a disputa. Também não se pode ainda descartar uma eventual candidatura do atual prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), cujo mandato termina no ano que vem e que, a partir do capital eleitoral que restar acumulado de sua gestão, poderá se colocar como uma opção a mais aos eleitores.

Histórico familiar

A deputada Janaína Riva tem exemplos dentro de casa de sonhos de poder para além do Parlamento Estadual que fracassaram. Na eleição de 2014, seu pai, o ex-deputado José Riva, tentou disputar o Governo do Estado. Entretanto, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) indeferiu o registro de sua candidatura. A decisão foi mantida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A mãe da deputada, Janete Riva, assumiu então a candidatura após impedimento do marido. Nas urnas, acabou em terceiro lugar. A derrota eleitoral se constituiu como um marco da derrocada do então deputado José Riva como um líder político poderoso.

INVESTIMENTOS NA CAPITAL

Fábio Garcia diz que estado investe em Cuiabá porque o prefeito não faz dever de casa

O titular da Casa Civil do Governo do Estado argumenta que a administração municipal tem deixado de lado os moradores da capital

■ | Da Redação

O chefe da Casa Civil de Mato Grosso, Fábio Garcia (UB), que pleiteia a chance de ser o candidato de seu partido a prefeito de Cuiabá em 2026, disse que os mais de R\$ 2,5 bilhões investidos na capital pelo Governo de Mato Grosso visam suprir a falta de investimentos da administração municipal na cidade.

Segundo Garcia, os casos de corrupção, além da má gestão, são fatores que explicam porque a atual administração de Cuiabá não consegue prestar um serviço de qualidade à população. O secretário listou, entre as intervenções da gestão Mauro Mendes (UB), obras de pavimentação asfáltica, de novas vias para melhorar o trânsito, dois grandes hospitais, além de escolas. "São relevantes investimentos para contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram aqui".



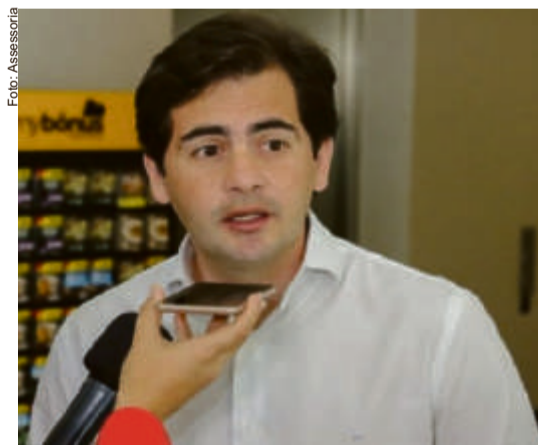
Foto: Marcos Vinheiro/Secom-MT

Canalização da Avenida do Barbado

Conforme o titular da Casa Civil do Palácio Paiaguás, os recursos aplicados na cidade visam minimizar os impactos negativos causados pela ausência de investimentos da gestão de Emanuel Pinheiro (MDB) e que, na sua opinião, geram problemas como a falta de infraestrutura, buracos nas ruas e as graves falhas no atendimento na Saúde que motivou a decreta-

ção de uma intervenção por parte da Justiça. "Infelizmente, a administração municipal também é tomada por muitos casos de corrupção, operações policiais com suspeitas de desvio de recursos públicos", sentenciou Garcia.

Ele ressaltou que uma das atribuições da Prefeitura de Cuiabá é amenizar o problema dos buracos nos bairros de Cuiabá, o que não



Secretário Chefe da Casa Civil, Fábio Garcia critica prefeito de Cuiabá e expõe motivação política dos investimentos do Governo do Estado na capital

tem sido feito pela gestão atual. "Se a cidade fosse bem cuidada, porque essa é a atribuição da prefeitura, teríamos um outro cenário para a nossa cidade. As chuvas do ano passado passaram, o asfalto não foi recuperado e os buracos vão se acumulando. É um preço muito alto que a má gestão cobra da população".

Por isso, Garcia defendeu uma mudança radical na forma de administrar a cidade, a partir da próxima gestão. "Precisamos que isso mude em breve, porque Cuiabá é a cidade de todos os mato-grossenses. Com uma nova administração podemos ver essa cidade crescendo novamente, sendo bem cuidada, sendo de novo também a nossa cidade verde. Há muitos investimentos a ser feitos em Cuiabá e eu espero que ela possa ser bem cuidada no futuro".

Acesse:
www.tangaraonline

 **tangara**
ONLINE.COM.BR



SÓ É LUTADOR QUEM SABE LUTAR CONSIGO MESMO. CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE



A EMPRESÁRIA ZILDA ZOMPERO PROPRIETÁRIA DA ELETROFIOS RECEBENDO NA CASA COR 2023

A EMPRESÁRIA ZILDA ZOMPERO RECEBEU MUITAS CELEBRIDADES E EMPRESÁRIOS DO RAMO DA CONSTRUÇÃO NO SEU ESPAÇO NA CASA COR. AVANT PREMIÈRE CASA COR MATO GROSSO 2023. CONFIRA ALGUNS CLIQUES ESPECIAIS.



AGRICULTURA INDÍGENA

Senadores visitam área de produção agrícola dos Pareci em Mato Grosso

Os índios Pareci, plantam na região do Médio Norte, cerca de 17 mil hectares de lavouras com sementes tradicionais de soja, milho e feijão

■ Da Redação

A produção sustentável de povos indígenas de Mato Grosso é considerada referência nacional. Somente os Haliti-Pareci, de Campo Novo do Parecis (a 400 km de Cuiabá), plantam mais de 17 mil hectares de soja tradicional, milho e feijão, entre outras culturas. Nesta quinta-feira (26.10), o vice-governador Otaviano Pivetta e senadores visitaram a sede da Cooperparei para conhecer a realidade dos produtores locais.

A visita também subsidia as ações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, em andamento no Senado.

Senador pelo Amazonas, Plínio Valério, relator da CPI das ONGs, afirmou que os indígenas Pareci são exemplos de trabalho e independência para outros povos brasileiros.

"O que esses indígenas estão fazendo em Mato Grosso é referência para todo o Brasil. São exemplos de garra e coragem. Os nossos indígenas do Amazonas precisam ver o que está se fazendo aqui, e vocês ainda vão muito mais longe. Queremos divulgar a experiência e os exemplos de vocês para todo o Brasil", manifestou.

"O Governo está entusiasmado e tem muito orgulho do que os povos Pareci estão fazendo em Mato Grosso. É algo inédito no Brasil. Ficamos impressionados com a qualificação, o preparo, o nível de consciência que eles



O grupo de senadores foi acompanhado pelo vice-governador Otaviano Pivetta que os levou em visita a sede da Cooperparei, em Campo Novo do Parecis



Atualmente, a área utilizada para produção agrícola representa menos de 2% de todo o território indígena da região

têm, e a capacidade de tornar o ambiente da comunidade indígena cada vez mais rico e justo, criando soluções para os próprios problemas", destacou o vice-governador Otaviano Pivetta.

O senador Mauro Carvalho Junior destacou que, como Senado Federal, precisam pensar políticas públicas que tragam segurança jurídica e auxiliem no desenvolvimento dessa produção sustentável.

"Viemos conhecer a realidade da etnia Pareci e o que vimos foi um povo que quer trabalhar e que já está produzindo com responsabilidade e sustentabilidade, preservando o meio ambiente", ponderou.

Junto dos povos Nambikwara e Manoký, a produção anual supera 100 milhões de quilos, o equivalente a 100 mil toneladas.

VISTORIA DO DETRAN-MT

Entidades questionam a falta de funcionários para vistorias no Detran em Cuiabá e Várzea Grande

A situação é ainda mais estranha e incompreensível quando se sabe que o Detran-MT credenciou pelo menos 75 empresas especializadas em vistorias para atuarem em todo o estado

■ Lucas Leite | Da Redação

O serviço de vistoria veicular do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MT) vem sendo alvo reclamações por parte dos proprietários de veículos. Uma série de denúncias contra o órgão de trânsito estadual tem chegado a redação do jornal Centro Oeste Popular nas últimas semanas. A principal reclamação é de que faltam funcionários e que o mau atendimento é rotina nas estações de vistoria de Cuiabá e Várzea Grande que parecem estar "abandonadas" pela administração do Detran-MT.

A situação é ainda mais estranha e incompreensível quando se sabe que o Detran-MT credenciou pelo menos 75 empresas especializadas em vistorias para atuarem em todo o estado. Teoricamente, com essas empresas autorizadas, os condutores não precisariam ir à sede do órgão para realizar as vistorias. No entanto, ao que tudo indica, falta informação, divulgação e con-



Em Cuiabá, a vistoria é realizada na sede da autarquia, no Centro Político Administrativo, e na vistoria pesada, no Distrito Industrial

fiança dos proprietários de veículos em utilizar os serviços dessas terceirizadas privadas.

Em Cuiabá, a vistoria é realizada na sede da autarquia, no Centro Político Administrativo, e na vistoria pesada, no Distrito Industrial. Também é possível realizar a vistoria na Ciretran de Várzea Grande, ou outras 62 Ciretranas do interior de Mato Grosso, bem como nas agências municipais.

Muitos que procuram o Detran de Cuiabá, para uma vistoria, ao chegar no local não encontram vaga, já em Várzea Grande, não se encontra nem funcionário para o atendimento, assim forçando com que o cuiabano faça uma vistoria particular.

Judicialmente, algumas entidades ligadas

as empresas de inspeções veiculares também questionaram o Detran, mas, sobre os novos requisitos técnicos, em especial a criação de tecnologias de inteligência artificial.

Conforme as entidades, o prazo é extremamente pequeno para uma nova homologação, o Departamento fixou e seus Anexos, novas exigências técnicas que demandariam meses ou até mesmo anos para desenvolvimento e teste.

Vistoria

O serviço de vistoria tem como objetivo verificar a autenticidade da identificação do veículo e de sua documentação, legitimidade da propriedade, se o veículo dispõe de equipamentos obrigatórios e se

Atualmente, a área utilizada para produção agrícola representa menos de 2% de todo o território indígena da região, que tem mais de 1,2 milhão de hectares.

"Temos uma produção totalmente sustentável. Adotamos materiais convencionais, sem genes de resistência, e só fazemos uso de defensivos biológicos, com bactérias e vírus, para combater as pragas", destacou o presidente da cooperativa indígena Cooperparei, Lúcio Ozanaezokaese.

A prática da agricultura indígena na região teve início há cerca de 20 anos, com apoio dos próprios produtores rurais locais, e foi adotada como forma de subsistência para a comunidade indígena.

"Com a agricultura a nossa volta, diversos indígenas saíram para trabalhar nas fazendas. Quando percebemos, as comunidades estavam esvaziadas e isso impactou na nossa própria sobrevivência. Com apoio dos fazendeiros e de algumas instituições, e a união do nosso povo, conseguimos tocar esse projeto de produção agrícola", contou Arnaldo Zunizakae, uma das lideranças indígenas da região.

Conforme o indígena, com o retorno da produção, parte do valor retorna para benefícios sociais para a comunidade. Outra parte vai para investimentos no próprio solo, infraestrutura das sedes e para fomentar o etnoturismo na região.

"Mato Grosso tem nos orgulhado em vários aspectos, e esse povo é um dos exemplos do que a gente deve se orgulhar. Eu sempre falo que não tem como preservar uma cultura sem desenvolvimento, e foi o que eles mostraram. Eles falaram: 'se nós não produzirmos, se não continuarmos a dar dignidade ao nosso povo, nós vamos desaparecer', e é o que eles estão fazendo aqui, dando dignidade ao povo deles e por meio do trabalho, isso é o mais importante", comentou a senadora Margareth Buzetti.

Também acompanharam a visita à Cooperparei os senadores Jayme Campos, Márcio Bittar e Styvenson Valentim e representantes das cooperativas indígenas Cooperhanama, Coopirio e Coopermatense.

estes estão funcionando; e alterações das características originais do veículo e de seus agregados. Caso constatado alguma alteração, verifica-se se esta foi autorizada, regularizada e se consta no prontuário do veículo na repartição de trânsito.

Outro Lado

O jornal COPopular entrou em contato com o Detran-MT que informou que a 5ª Ciretran de Várzea Grande está em pleno funcionamento, tanto no atendimento ao público quanto no setor da vistoria veicular.

Somente este mês, no período de 02 a 24 de outubro, a unidade realizou 213 vistorias veiculares. A informação oficial, no entanto, não reflete a realidade verificada pela reportagem no local, que realmente aparenta estar abandonado e não conta com funcionários suficientes para atender a demanda.

O órgão de trânsito informou ainda que as vistorias veiculares podem ser feitas nas unidades privadas autorizadas que oferecem os serviços necessários para a efetivação dos processos de transferência de propriedade do veículo, de mudança da Placa de Identificação Veicular (PIV), de alteração de características do veículo, substituição de motor, regravação de chassi, entre outros que exigem a apresentação de vistoria.

O órgão alerta que os serviços de vistoria veicular nas unidades do Detran só é realizado mediante agendamento prévio pelo site www.detrans.mt.gov.br. Nos últimos quatro anos foram realizadas 1.277.006 vistorias em veículos nas unidades do Detran, e 424.038 vistorias feitas por empresas credenciadas.

Acesse:
www.anoticiamt.com.br

A notícia MT
.com.br

ENCONTRO DE MULHERES INDÍGENAS

Defensoria Pública participou de evento indígena feminino que discutiu a violência contra mulheres

A palestra da Defensoria reuniu cerca de 50 mulheres de 26 aldeias, interessadas em saber sobre o tema

■ | Da Redação

Nesta semana a Defensoria Pública de Mato Grosso (DPMT) esteve na aldeia Pimentel Barbosa, no município de Ribeirão Cascalheira, 763 km de Cuiabá, para conversar com as xavantes de 26 aldeias locais sobre violência doméstica contra a mulher e explicar a função do órgão, nesse e noutros tipos de atendimento. Por meio de palestra e bate-papo, a defensora pública que atua na comarca de Barra do Garças, Kamila Souza Lima, explicou o que é violência, quais os tipos de violência podem ser praticadas contra a mulher e ao final, abriu espaço para perguntas.

“Elas ouviram sobre os principais tipos de violência contra a mulher, a verbal, a física, a patrimonial, a moral, psicológica e a sexual, por meio do servidor da Funai Francisco Magalhães, que traduziu nossas informações para



No encontro com as mulheres da etnia Xavante, na TI Pimentel Barbosa, a representante da Defensoria Pública explicou como a instituição pode auxiliar e amparar também as mulheres indígenas que forem ameaçadas, agredidas ou violentadas sejam por homens de sua etnia, seja por homens não indígenas

elas. As indígenas vieram de várias aldeias do entorno para essa conversa e, no começo, foi meio confuso, difícil, mas, com o tempo, conseguiram entender que a Defensoria Pública pode auxiliá-las, caso sofram esse tipo de problema, e que, somos um lugar onde podem buscar apoio”, explicou a defensora.

Kamila lembra que os encontros estão ocorrendo em várias aldeias e terras indígenas de Mato Grosso. Na semana passada, a Defensoria Pública esteve na Terra Indígena Marãiwatsédé, no município de Alto Boa Vista, também para explicar a função do órgão e como a instituição pode auxiliar os in-

dígenas em suas demandas. Na Pimentel Barbosa, assim como na Marãiwatsédé, as principais dúvidas das mulheres xavantes foi sobre documentação para facilitar o acesso a serviços públicos gratuitos.

“Aqui tiramos muitas dúvidas sobre documentação, adoção, acesso a serviços assistenciais. Em Barra do Garças e em Campinápolis, onde vive uma população de cerca de 4.100 e 8.500 indígenas, respectivamente, já fiz esses atendimentos. Mas lá, elas falam português, estudam na cidade, trabalham e estão mais adaptadas à nossa cultura. Aqui, a diferença é que são muito tímidas, não falam português e vivem, com rigor, a cultura da etnia. Trabalham com artesanato, se casam, cuidam dos filhos e seguem as regras de hierarquia do povo”, explica a defensora.

Kamila afirma que a experiência de visitar uma aldeia com a cultura preservada foi única. “É impossível não aprendermos coisas importantes nessa experiência de conhecer como moram, como se organizam, como vivem. Fomos muito bem recebidas, conseguimos explicar um pouco do trabalho da Defensoria Pública e ouvir as necessidades delas. Elas têm muita vontade de ter uma associação para trabalhar com artesanato e assim, garantirem renda e ajudar em casa. Fiquei muito feliz em poder participar”, concluiu.

Uma representante do Ministério Público também esteve no local e, ao longo da semana, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) também disponibilizará alguém para falar sobre os programas para as indígenas. A palestra da Defensoria Pública foi no dia 24 de outubro.

LANÇAMENTO LITERÁRIO

André Luiz lança o seu mais novo livro: O preço da desobediência e suas consequências

Quem não sonha é comparado a um livro sem letras e sem conteúdo”, disse André Luiz Silva em seu livro

■ | Da Redação

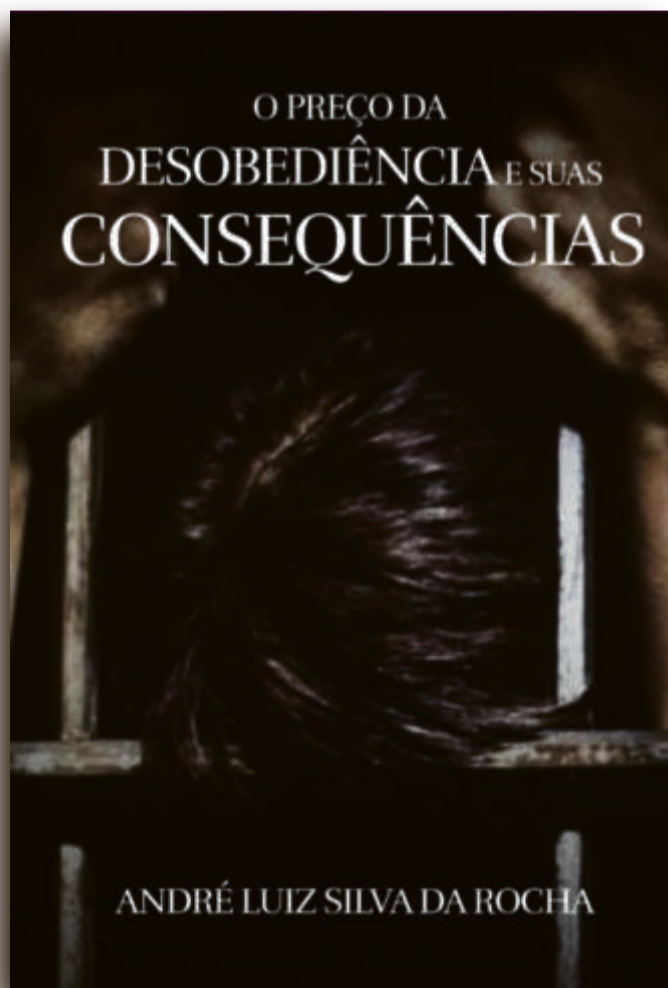
Num esforço para promover a reintegração na sociedade e quebrar o ciclo de reincidência. O Conselho Comunitário da instituição Penitenciária de Cuiabá (CONCEP) apresenta o livro intitulado “O preço da desobediência e suas consequências” foi redigido por André Luiz da Silva Rocha, preso e participante do projeto “Libertando Palavras”.

Num contexto de desafios persistentes no sistema prisional estadual, o CONCEP Cuiabá está empenhado em implementar projetos que promovam a humanização da experiência prisional e combatem o estigma associado às pessoas privadas de liberdade. O projeto “Libertando Palavras” é uma expressão concreta deste compromisso, proporcionando aos reclusos uma plataforma para expressar as suas vozes e talentos literários, ao mesmo tempo em que lhes proporciona oportunidades tangíveis de crescimento pessoal e profissional.

“O lançamento dessa obra, é um sonho que não foi sonhado só pelo escritor e sim por um grupo de pessoas que acreditam na ressocialização. Acreditamos nesse legado onde o escritor fará história, abrindo caminhos por onde outras pessoas irão trilhar com fé e perseverança. Com isso esperamos que esse lançamento alcance o maior número de pessoas possível fazendo a inclusão global dessa realidade sociocultural, enfim as expectativas são as melhores possíveis.”, afirmou Raquel Dias dos Santos, conselheira representante da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/MT.

Além de fornecer uma plataforma para os presos compartilharem suas histórias, o projeto Libertando Palavras desempenha um papel fundamental na redução da reincidência, abrindo novos horizontes para aqueles que buscam redenção e uma segunda chance na sociedade.

Esse livro não só para testemunhar o poder transformador das palavras, mas também para mostrar apoio e solidariedade com os esforços para promover a justiça restaurativa e a inclusão social.



Além de fornecer uma plataforma para os presos compartilharem suas histórias, o projeto Libertando Palavras desempenha um papel fundamental na redução da reincidência

O livro pode ser comprado nos sites da Amazon, Americanas, Mercado Livre e Estante Virtual por apenas 49,92 reais.

Confira um pouco da sinopse do livro

O Livro autobiográfico traz uma história marcante que aconteceu na minha vida, na adolescência, com apenas doze anos de idade, entrei no mundo das drogas e do crime, e tive consequências amargas por causa das minhas escolhas, pela desobediência a meus pais e desvalorização da educação que eles me ofereceram, e durante dezenove anos de sofrimento, dentro das penitenciárias do Estado de Mato Grosso tive um aprendizado muito grande onde presenciei a dor e o sofrimento de muitos amigos.

TCE-MT

Alta Floresta apresenta desempenho fiscal satisfatório e contas recebem parecer favorável



■ | Da Redação

O conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto, as contas anuais de governo da Prefeitura de Alta Floresta, referentes ao exercício de 2022, receberam parecer prévio favorável à aprovação do Plenário do Tribunal

Sob relatoria do conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto, as contas anuais de governo da Prefeitura de Alta Floresta, referentes ao exercício de 2022, receberam parecer prévio favorável à aprovação do Plenário do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). O balanço foi apreciado na sessão extraordinária.

Em seu voto, o relator destacou o cenário satisfatório no desempenho fiscal do ente. “Houve economia orçamentária, superávit de execução orçamentária, considerando os créditos adicionais abertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior, assim como suficiência financeira para pagar os restos a pagar processados e não processados.”

Em relação aos limites e percentuais constitucionais e legais, restou apurado que o Município aplicou 27,80% de sua receita base na manutenção e desenvolvimento do ensino (mínimo 25%), 95,74% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo 70%) e 21,01% na saúde (mínimo 15%).

Os gastos com o pessoal do Poder Executivo corresponderam a 49,86% (limite

de 54%) da Receita Corrente Líquida (RCL) e os repasses ao Poder Legislativo ocorreram dentro do limite constitucional de 7%. No que tange à Previdência, Alta Floresta encontra-se regular com o Certificado de Regularidade Previdenciária e inexistem contribuições previdenciárias inadimplidas.

“Diante dos fundamentos apresentados neste voto, depreende-se que permaneceu nos autos uma irregularidade de natureza grave, a qual, apesar de ser objeto de recomendação, não ocasionou prejuízo fiscal. A par do arrazoado, percebe-se a existência de inúmeros pontos positivos que acobertaram as contas em apreço, sendo oportuno frisar que as recomendações buscam colaborar com o aprimoramento da gestão”, argumentou.

Frente ao exposto, votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação em consonância com o Ministério Público de Contas (MPC). Seu posicionamento foi acompanhado por unanimidade do Plenário.